

~~ACÓRDÃO Nº 32.356, DE 05/06/2018~~~~Processo nº 140132014-00~~~~Órgão: Secretaria Municipal de Saúde~~~~Município: Belém~~~~Exercício: 2014~~~~Assunto: Prestação de Contas~~~~Responsáveis: Maria Selma Alves da Silva (01.01 a 09.09) e Sérgio de Amorim Figueiredo (10.09 a 31.12)~~~~Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães~~~~EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM. EXERCÍCIO DE 2014. CONTAS REGULARES, COM RESSALVA. MULTAS. ALVARÁ DE QUITAÇÃO.~~~~ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 482 a 485 dos autos.~~~~Decisão: I Julgar regulares, com ressalva, a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde de Belém, exercício de 2014, de responsabilidade de Maria Selma Alves da Silva (01.01 a 09.09) e Sérgio de Amorim Figueiredo (10.09 a 31.12), nos termos do Art. 45, II, da Lei Complementar 109/2016, que deverão recolher, ao FUMREAP, cada um, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$ 3.327,10 (três mil, trezentos e vinte e sete reais e dez centavos), correspondente a 1000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPF-PA, pelas falhas nos contratos e convênios listados pela 4ª Controladoria; III Expedir em favor dos ordenadores de despesas Maria Selma Alves da Silva e Sérgio de Amorim Figueiredo, os respectivos Alvarás de Quitação, nos valores de R\$ 491.770.090,32 (quatrocentos e noventa e um milhões, setecentos e setenta mil, noventa reais e trinta e dois centavos) e R\$ 429.776.420,79 (quatrocentos e vinte e nove milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e nove centavos), após comprovados os recolhimentos determinados.~~~~Protocolo: 14722~~

## PUBLICAÇÃO - DESPACHO

DESPACHO DE NÃO ADMISSIBILIDADE E  
ARQUIVAMENTO DE CONSULTA  
(ART. 300, § 3º, DO RITCM/PA)

Processo nº 201803894-00

Natureza Do Processo: Consulta

Assunto: Previdenciário

Órgão: IPM De Castanhal

Consultentes: Gilberto De Souza Afonso

Exercício: 2018

Trata-se de consulta formulada pelo Presidente Interino do Instituto de Previdência do município de Castanhal – IPMC, GILBERTO DE SOUZA AFONSO (fls. 01), nos seguintes termos:

“Caso em tese de descontos previdenciários sobre parcelas remuneratórias que não incorporam em proventos de aposentadoria. Qual possibilidade de restituição das parcelas de contribuição via administrativa ante ausência de previsão legal para restituição.

...Ante o caso de omissão de previsão legal municipal quanto a devolução de contribuição previdenciária em via administrativa, e não obstante o princípio da legalidade estrita que norteia a administração pública, quais seriam as possibilidades, em tese, de restituição de contribuições previdenciárias descontadas indevidamente ao servidor contribuinte.”

A presente consulta, já foi realizada pelo mesmo Instituto e mesmo município, nos autos do Processo nº 201709863-00, cujo teor, referente segue abaixo:

“Prefeitura Municipal de Castanhal tem operacionalizado descontos previdenciários sobre parcelas remuneratórias que não incorporam em proventos de aposentadoria, em desacordo com a previsão do Art. 4º, § 1º, VIII da Lei Federal nº 10.887/04.

Os servidores sobre os quais incidiram as contribuições indevidas, estão pleiteando junto a Prefeitura Municipal assim como ao Instituto de Previdência, a restituição das contribuições sobre as verbas não incidentes de contribuição.

Ante a omissão da legislação municipal quanto a previsão de devolução de contribuição previdenciária em via administrativa por parte do IPMC, assim como a vedação do Art. 313 da Lei Municipal nº 003/99, onde se diz que as contribuições “em nenhuma hipótese serão devolvidas”,

e não obstante o princípio da legalidade estrita que norteia a administração pública, quais seriam as possibilidades, casos hajam, de restituição de contribuições previdenciárias indevidas ao servidor contribuinte? E caso possível a restituição, como poderia ser executada?”.

Após analisá-la, em 02 de fevereiro de 2018, observei:

A consulta vem formulada por autoridade competente, porém se refere a caso concreto. Desta forma, por não atender requisito exigido pelo Regimento Interno desta Corte, NÃO A ADMITO, e determino o seu ARQUIVAMENTO, nos termos do § 3º, do art. 300 do mesmo Regimento.

Mesmo tratando-se de não admissibilidade, encaminhei ao interessado, toda a orientação necessária:

A título de orientação em tese, sugere-se a leitura da Nota Técnica nº 04/2012/CGNAL-CGACI/DRPSP/SPPS/MPS - CONSIDERAÇÕES SOBRE RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS INCIDENTES SOBRE PARCELAS DE CARÁTER TEMPORÁRIO OU INDENIZATÓRIO, RECOLHIDAS AOS RPPS, (cópia em anexo) do Ministério da Previdência Social.

Informo, também que a citada Lei 10.887/2004, dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41/2003, e estabelece normas gerais para os Regimes Próprios de Previdência, cujo art. 4º assim dispõe:

“Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de quaisquer dos Poderes da União, incluídas as suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será calculada mediante a aplicação das seguintes alíquotas: (Redação dada pela Medida Provisória nº 805, de 2017)

I - onze por cento sobre a parcela da base de contribuição cujo valor seja igual ou inferior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 805, de 2017)

II - quatorze por cento sobre a parcela da base de contribuição que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS. (Redação dada pela Medida Provisória nº 805, de 2017)

§ 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias

permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas: (grifamos)

I - as diárias para viagens;

II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - a indenização de transporte;

IV - o salário-família;

V - o auxílio-alimentação;

VI - o auxílio pré-escolar; (Redação dada pela Medida Provisória nº 805, de 2017)

VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada; (Redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012)

IX - o abono de permanência de que tratam o § 1º do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; (Redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012)

X - o adicional de férias; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XI - o adicional noturno; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XII - o adicional por serviço extraordinário; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XIII - a parcela paga a título de assistência à saúde suplementar; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XIV - a parcela paga a título de assistência pré-escolar; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XV - a parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da administração pública do qual é servidor; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XVI - o auxílio-moradia; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XVII - a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XVIII - a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), instituída pela Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XIX - a Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; (Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)

XX - a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; (Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)

XXI - a Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; (Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)

XXII - a Gratificação de Raio X; (Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)

XXIII - a parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, recebida pelos servidores da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil; (Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017)

XXIV - a parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho, recebida pelos servidores da carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017)

XXV - o adicional de irradiação ionizante. (Incluído Medida Provisória nº 805, de 2017)

§ 2º O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada, da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), da Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR), da Gratificação de Raio X e daquelas recebidas a título de adicional noturno ou de adicional por serviço extraordinário, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do art. 40 da Constituição Federal. (Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016).

Adicionar ao texto as palavras “consulta em tese”, não modifica seu conteúdo, além de que a orientação permanece a mesma e já foi encaminhada nos autos do Processo nº 201709863-00, a qual encaminho novamente.

Com isso, espera-se, mais uma vez, ter apresentado a direção normativa para a adequação do caso concreto relatado, a qual deve ser encaminhada ao interessado, para a devida análise jurídica no âmbito Do Município.

Belém, 11 de junho de 2018.

Antônio José Guimarães

Conselheiro Relator

Protocolo: 14720

#### **EDITAL DE CITAÇÃO**

**Nºs 7180 a 7185/2018/7ª Controladoria TCM-PA**

**Publicação: 07, 12 e 15/06/2018**

#### **EDITAL DE CITAÇÃO**

**Nº 7180/2018/7ª Controladoria/TCM**

**(Processo nº 540022012-00)**

~~De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, o senhor Valdemiro Fernandes Coelho Júnior.~~

~~O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo art. 64, da Lei Complementar nº 109/2016 — Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, o Senhor Valdemiro Fernandes Coelho Júnior, responsável pelas contas anuais de Gestão da Câmara Municipal de Ourém, no exercício de 2012, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa aos autos do Processo nº 540022012, referente à prestação de contas daquele Órgão, no referido exercício, sob pena de revelia.~~  
~~Belém, 15 de junho de 2018.~~

~~Conselheiro José Carlos Araújo~~

~~Relator/7ª Controladoria/TCM~~

#### **EDITAL DE CITAÇÃO**

**Nº 7181/2018/7ª Controladoria/TCM**

**(Processo nº 1083322014-00)**

~~De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, a senhora Daniella Martins Mendonça.~~

~~O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições~~